

PROTEÇÃO SOCIAL E COVID-19: O TRABALHO COM FAMÍLIAS EM UM TERRITÓRIO DE PORTO ALEGRE/RS

Data de submissão: 09/05/2023

Data de aceite: 02/06/2023

Ariani Pires Peixoto

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre/RS
<http://lattes.cnpq.br/7373255880761905>

Ângela Maria Pereira da Silva

Universidade Luterana do Brasil
Canoas/RS
<http://lattes.cnpq.br/6189788879854211>

Fernanda Maciel Ferreira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre/RS
<http://lattes.cnpq.br/5119154124094147>

a reflexão acerca da proteção social em comunidades tidas como vulnerabilizadas durante a pandemia. A teoria que subsidia as reflexões é o materialismo histórico-dialético e autores marxistas que debatem as categorias trabalho, política social e necrocapitalismo. Os resultados obtidos revelam o impacto do recrudescimento da questão social em tempos do neoliberalismo e as repercussões no mundo do trabalho e na assistência social.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência social. Cidadania. Proteção Social.

SOCIAL PROTECTION AND COVID-19: THE SOCIAL WORK WITH FAMILIES IN A TERRITORY OF PORTO ALEGRE/RS

ABSTRACT: This text is dedicated to the experience report of a curricular internship in Social Work carried out during the Covid-19 pandemic, in the year 2021, in a Family Assistance Service (SAF) in a vulnerable territory in Porto Alegre. The objective of the text is to present the interventions carried out with citizens, in a context of worsening inequalities and the urgent need to strengthen social protection policies and to promote reflection on social protection in vulnerable communities during

RESUMO: Este texto se dedica ao relato de experiência de estágio curricular em Serviço Social realizado durante a pandemia da Covid-19, no ano de 2021, em um Serviço de Atendimento Familiar (SAF) diretamente com famílias domiciliadas em um território em situação de vulnerabilidade em Porto Alegre no Rio Grande do Sul. O objetivo é apresentarmos as intervenções realizadas com os cidadãos, em um contexto de agravamento de desigualdades e da urgência do fortalecimento de políticas de proteção social e promover

the pandemic. The theory that supports the reflections is historical-dialectical materialism and Marxist authors who debate the categories of work, social policy and necrocapitalism. The results obtained reveal the deepening of the social question in times of resurgence of neoliberalism and implications in the world of work and social assistance.

KEYWORDS: Social assistance. Citizenship. Social protection.

1 | INTRODUÇÃO

Este texto foi originalmente publicado como artigo completo nos anais do *VI Seminário Regional de Políticas Públicas, Intersectorialidade e Família* e do *IV Seminário Nacional de Políticas Públicas, Intersectorialidade e Família – A luta se faz no coletivo! Sobre-viver em tempos de agudização da barbárie*, promovidos pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em 2022.

Ao receber o convite da Editora Atena para publicação do respectivo artigo como capítulo de livro, percebemos a necessidade de adaptar o texto para proporcionar uma leitura mais fluida a quem nos lê. Isso significa que nossas escrituragens, parafraseando Conceição Evaristo¹, passaram por algumas modificações textuais para que seja melhor integrado à proposta da obra. Sem deixar de lado o rigor científico, tampouco os aspectos éticos, realizamos pequenas alterações no texto – sem mudar os sentidos originais, mas permitindo que os escritos possam estar adequados ao que buscam cumprir nesta obra.

Quando a pandemia do novo coronavírus - Covid-19 chegou ao Brasil em março do ano de 2020, o país já estava bastante fragilizado por fatores políticos, sociais, culturais e econômicos. O recrudescimento do neoliberalismo e do neoconservadorismo nas relações sociais brasileiras apresentava uma conjuntura de instabilidade e desproteção na condição de vida da classe trabalhadora. O desemprego estrutural, a insegurança alimentar, a violência institucionalizada, o clima de tensão, os escândalos ambientais e o empobrecimento constituíam a realidade do país. Visto que, ao longo dos últimos anos houve o enxugamento das políticas públicas e o retrocesso dos direitos sociais. Antes mesmo do início da pandemia, as condições de vida da classe trabalhadora já estavam precarizadas, resultado de um projeto político neoliberal e antidemocrático. Esses processos foram intensificados durante a pandemia atingindo, sobretudo, jovens, mulheres, negros, indígenas, LGBTQIAP+ e famílias residentes em favelas e periferias, naturalizando processos capitalistas de produção de desigualdades e legitimando práticas de violência institucional, racismo, misoginia e criminalização da pobreza.

Nesse contexto neoliberal, ultraconservador e de produção de morte das classes

1 Maria da Conceição Evaristo de Brito é uma escritora e linguista brasileira. A expressão “escrituragem”, cunhada pela autora, não é somente a união das palavras “escrever” e “vivência”: mais do que isso, é uma expressão que carrega a genealogia das ideias que nascem da realidade cotidiana; carrega, em si, a origem dos significados e quais experiências étnico-raciais e de gênero eles carregam. Nas palavras da autora, “a escrituragem carrega a escrita da coletividade” (INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2022).

subalternas, os rebatimentos da crise estrutural do capital reverberam em “n” desafios para a articulação dos serviços de proteção social e de enfrentamento às violências e desigualdades produzidas na sociabilidade do capital. Nesse cenário em que as políticas sociais são reduzidas e que os tentáculos do Estado social são encolhidos em prol dos interesses da lógica de mercado e do capital, os segmentos mais empobrecidos da classe trabalhadora são aqueles que mais sofrem, lutam e morrem. Fragilizadas pelos constantes ataques e cortes financeiros, as políticas brasileiras de Seguridade Social reduziram significativamente os benefícios e criaram critérios de seletividade, pois alterou-se o atendimento presencial por *home office* e o acesso por uso de tecnologia.

Assim, a pandemia no Brasil agravou significativamente as expressões da questão social, intensificando os processos de empobrecimento e por consequência os determinantes sociais da saúde. Com a crescente desproteção social, surgiu a necessidade urgente de atender às demandas imediatas da população que sucumbia com o adoecimento, isolamento social, a fome, subempregos e situações de miséria cada vez mais evidenciadas pela falta de investimento público no enfrentamento do vírus, na compra de vacinas, de alimentos e de construção de medidas de proteção para a população.

A assistência social, assim como muitas políticas públicas, atuou na linha de frente no combate à pandemia, atendendo centenas de novas famílias que passaram a buscar os serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na tentativa de encontrar estratégias de sobrevivência e de garantias de direitos durante um período tão complexo. O movimento das famílias na busca por proteção social – seja no atendimento de demandas mais emergentes como alimentação, vestuário ou renda, seja em questões mais complexas como violência doméstica, trabalho infantil e abuso sexual – impactou o SUAS em diversos níveis de atuação, desde a Proteção Básica até a Especial de Média e Alta Complexidade.

Dessa forma, o presente estudo propõe-se a refletir sobre os impactos dessas transformações no atendimento social de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. O objetivo do estudo é refletir sobre o movimento das famílias e suas estratégias de sobrevivência durante a pandemia, enquanto enfrentam outras expressões da crise estrutural do capital e da precarização do trabalho. Consequentemente, o texto também debate os rebatimentos nos processos de trabalho de assistentes sociais que atuam diretamente com essas famílias.

A pesquisa que subsidiou estes escritos foi realizada em uma unidade de Serviço de Atendimento Familiar (SAF), que oferece os serviços previstos no âmbito da Proteção Social Básica da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). Mediante aplicação de projeto de intervenção, foi possível apreender aspectos estruturantes da realidade social das famílias e indivíduos atendidos, observando os perfis de cidadãos demandatários e suas demandas emergentes. Entre estas, percebeu-se que houve significativa mudança no público atendido pelo SUAS durante a pandemia, uma vez que trabalhadores assalariados,

em vínculos trabalhistas formais e informais, também passaram a demandar os serviços socioassistenciais por questões de precarização das relações de trabalho, rendimentos insuficientes e precário acesso aos direitos trabalhistas.

Portanto, evidenciamos a necessidade de repensar o SUAS através da multiplicidade de olhares que surgiram no caminho e que será problematizada no decorrer do artigo. Para isso, o texto apresenta uma abordagem marxista dialético-crítica e suas fecundas contradições teóricas que permitem aproximações com autores que discutem as categorias trabalho, política social e necrocapitalismo.

O estudo foi delineado através do relato de experiências relativas aos principais atendimentos e intervenções realizadas na região Extremo Sul de Porto Alegre/RS em uma instituição administrada por uma organização da sociedade civil através de convênio com a Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre (FASC).

Ressalta-se que tais intervenções referem-se à abordagem de cidadãos que demandaram voluntariamente o acolhimento do Serviço de Atendimento Familiar (SAF) no ano de 2021, durante a pandemia. A coleta de dados foi realizada mediante atendimentos individuais e grupais com 132 famílias representadas por moradores do território de abrangência do serviço. Mais da metade dessas famílias apresenta configuração monoparental feminina, em sua maioria, mulheres de 19 a 32 anos. Dessas, 111 possuem ensino fundamental incompleto, 19 em que a representante familiar concluiu o ensino médio e duas possuem ensino superior em andamento. Desse universo, cerca de 70 famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda. As demais oscilam entre o recebimento de até 1,5 salário mínimo (13 famílias), em casos de trabalho formal, ou aquelas com ausência de renda familiar. O estudo apresenta uma abordagem qualitativa como estratégia de análise dos dados coletados, possibilitando o desvelamento dos sujeitos a partir de diferentes vivências, falas, ações e trajetórias de vida.

O texto está estruturado em três partes: o primeiro subcapítulo apresenta elementos importantes para compreender o fenômeno da crise estrutural do capital e aspectos estruturantes da questão social no Brasil. O segundo subcapítulo traz reflexões sobre a Política Nacional de Assistência Social e o atendimento à população em tempos de pandemia a partir da realidade vivenciada no SAF. O terceiro e último subcapítulo apresenta os desafios do trabalho de assistentes sociais na proteção social, especialmente em tempos de pandemia. Por fim, o trabalho traz algumas conclusões relevantes para compreender as complexidades da temática abordada.

2 | CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL, PANDEMIA E QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

A crise do capital, intensificada pela pandemia no Brasil, se caracteriza como uma crise econômica, política, social e cultural, culminando no retrocesso e destituição de direitos

sociais. Os múltiplos tentáculos da crise do capital alcançam o campo das políticas públicas de Seguridade Social no país, fragilizando e rompendo com os direitos historicamente conquistados pela classe-que-vive-do-trabalho. Nesse contexto, expressam-se algumas manifestações da questão social nas famílias que acessam os serviços de Proteção Social Básica, sobretudo em territórios vulnerabilizados.

Essas expressões da questão social são identificadas nos atendimentos à população pela situação de fome, desemprego estrutural, flexibilização e precarização dos direitos trabalhistas e no enfraquecimento no sistema de Proteção Social. No Serviço de Atendimento Familiar onde foram realizadas as intervenções em questão, de agosto de 2020 a agosto de 2021, a média de atendimentos mensais triplicaram. Se, antes da pandemia, eram atendidas em torno de 100 famílias/mês, no período supracitado foram atendidas em torno de 300 famílias/mês. É importante sinalizar, também, que o convênio com a FASC prevê o atendimento de 500 famílias/ano. Isso deflagra a demanda *versus* oferta, desproporcional, sobretudo num contexto de redução da equipe técnica, escassos recursos de todas as ordens (humano, materiais, financeiros), além de estabelecer critérios de seletividade mediante avaliação socioeconômica em boa parte dos atendimentos.

As demandas trazidas por essas famílias envolvem questões de violência doméstica, dificuldades para a vida autônoma devido ao desemprego e, sobretudo, o acesso à segurança alimentar e nutricional. A crescente busca por atendimentos advém da necessidade por cestas básicas, por vezes quilos de alimentos ou produtos orgânicos, frutos de parcerias interinstitucionais.

Com isso, é perceptível a ascensão de um novo momento para o SUAS: um público antes da pandemia com maior poder aquisitivo e que não acessava a política de assistência social, e que se vê, desde 2020, à mercê do acesso às políticas públicas e sociais pelo agravamento da crise, desemprego, adoecimentos, mortalidades, rupturas familiares, aumento das violências, inflação altíssima, entre outros estressores.

A questão social se agrava para ambos os lados, ou seja, as equipes ligadas ao trabalho social vivem uma instabilidade sobre o seu posto de trabalho, além de silenciamento e adoecimento, e os cidadãos demandatários sofrem devido à precarização da prestação de serviços e escassez de recursos. Nesse sentido, é evidente a emergência da reflexão acerca das transformações no mundo do trabalho e, conseqüentemente, no SUAS nos tempos atuais.

3 | A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO USUÁRIA NA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

As políticas sociais são fruto de um processo de mobilização, reivindicações e lutas históricas protagonizadas pela classe trabalhadora na conquista de direitos sociais ao longo de décadas. Para Faleiros (1991, p. 81), política social pode ser definida como “[...] formas de manutenção da força de trabalho econômica e politicamente articuladas para

não afetar o processo de exploração capitalista” e se insere no âmbito da contradição capitalista e da luta de classes. Este estudo problematiza as ações e os serviços ofertados no âmbito da política de assistência social em tempos de pandemia, nas quais se destaca o movimento das famílias em busca do acesso aos direitos, em meio ao agravamento da crise socioeconômica do país.

Ressalta-se que, deste movimento, emergem refrações da questão social através das demandas da população: algumas já conhecidas e outras demandando um olhar mais atento e minucioso às suas novas expressões, manifestas pelo crescente índice de vulnerabilidades, violações de direitos e violências contra os segmentos tidos em maior grau de risco social. Salienta-se que essas famílias confrontaram-se em tempos de pandemia com uma conjuntura de retração de direitos sociais e enxugamento do Estado, processos que intensificam as desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais.

A assistência social é uma política de estado que integra o sistema de proteção social brasileiro, chamado de Seguridade Social, conforme o Texto Constitucional. Esta é uma política não contributiva e está destinada a quem dela necessitar. Historicamente, o atendimento às famílias na assistência é realizado por equipes multidisciplinares e dividido em graus de proteção social. Este texto busca dissertar exclusivamente sobre os serviços prestados pela proteção social de nível básico, cujos objetivos são o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a prevenção dos riscos no trabalho com famílias em situação de vulnerabilidade social.

O processo de implementação do SUAS em Porto Alegre/RS atravessou a composição das redes socioassistenciais através do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), uma vez que o Estado não supriu todas as demandas societárias. Os atores do SUAS na capital, nesse sentido, são tanto a FASC quanto às diversas organizações conveniadas a ela, embora não sejam igualitárias as condições de serviços e ofertas.

Nesse contexto, o protagonismo dos sujeitos atendidos pelos serviços desvelam suas realidades e lutas, enfrentamentos e lutos, pois, para entender e contribuir à PNAS é necessário, antes de tudo, fazê-lo a partir dos relatos de quem as vivenciam. Iamamoto (2005) afirma que o Estado é forte para sustentar o sistema financeiro, mas falido para cuidar do social.

No cotidiano de trabalho no SAF, fica perceptível que as demandas revelam os rebatimentos da crise do capital, a precarização das políticas sociais e conseqüentemente a qualidade da oferta dos serviços à população usuária. No decorrer do estágio foi crescente o número de famílias em situação de vulnerabilidade que buscaram os serviços pela primeira vez, expressando diversas demandas por estarem desassistidas pelo Estado. Como exemplo desse cenário de vulnerabilidades, temos a busca por proteção social e o direito a benefícios, serviços, programas e projetos que previnam situações de risco e promovam a emancipação dessas famílias. É certo que, embora os serviços ofertados

promovam certo grau de proteção social em meio à crise, é quase utópico pensar que promovam, de fato, a emancipação das famílias.

Evidencia-se que, no que diz respeito às garantias de direitos socioassistenciais, para além da provisão de necessidades básicas no SUAS, o atendimento às famílias na pandemia requer uma prática reflexiva e munida de um arsenal político pelos equipamentos e as equipes de trabalho na política de assistência social. Essas famílias enfrentam um cenário de violação e privação de direitos, além de escassez de benefícios e serviços disponíveis nos territórios, enfraquecimento dos espaços de controle social, ruptura das relações familiares e comunitárias, isolamento social, adoecimento, perda de poder aquisitivo, critérios de seletividade nos programas sociais, negação de direitos trabalhistas e previdenciários, entre outros.

Nesse contexto, a segurança de acolhida no campo de estágio foi uma das estratégias metodológicas adotadas pelo Serviço Social em consonância com o que dita o SUAS e em respeito ao direito dos cidadãos usuários à igualdade e ao acesso no atendimento de suas demandas, com oportunidades para o fortalecimento da autonomia, além da acessibilidade, qualidade e acompanhamento sistemático na assistência social. Como apontado anteriormente, é na coletividade que florescem as rebeldias, os questionamentos, as lutas pela conquista da cidadania efetiva. No âmbito individual, crescem as noções de fracasso e enfraquecimento do sujeito pela sua condição de excluído da lógica do consumo/venda e, portanto, da própria noção de cidadão. Assim sendo, as ações de estratégia coletiva também são fortalecedoras para todos os envolvidos, sejam eles demandatários ou trabalhadores da política.

4 | DESAFIOS DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM TEMPOS DE PANDEMIA

O assistente social, a partir da identificação das expressões da questão social manifestadas na vida dos usuários, deve refletir sobre as potencialidades e os recursos para a superação das vulnerabilidades. É importante ter esse momento como o início de um vínculo entre o serviço e as famílias atendidas (STRAPASSON, 2015).

A regulamentação dos ajustes de interesses do capital está implícita na atuação do assistente social, uma vez que este atua nas políticas públicas e sociais, campo de conflitos de classes, de interesses e de disputa. Portanto, tal discussão se inicia a partir da reflexão acerca do compromisso ético-político do assistente social que atua diretamente no enfrentamento da questão social na sociedade, cujas manifestações estão intimamente ligadas ao modo de produção capitalista que engendra as desigualdades e passa a exigir intermediações estatais através da prestação de bens e serviços para a manutenção da vida cotidiana.

Nesse sentido, o processo de trabalho do assistente social no SAF requer uma

análise crítica das condições de vida dos trabalhadores e usuários que acessam tal política, uma vez que o neocolonialismo e o neoliberalismo vêm crescendo no país. Diante disso, é importantíssimo que os profissionais do Serviço Social renovem e reafirmem o projeto ético-político da profissão. Infelizmente, esta não é a realidade de todos os serviços do SUAS em Porto Alegre/RS, uma vez que o senso comum e as práticas conservadoras ainda emergem com facilidade nos ambientes de trabalho e na prestação dos serviços socioassistenciais.

Durante o estágio no SAF, a conduta ética deu-se na garantia da acolhida com segurança aos usuários da política de assistência social, ou seja, resguardando a integridade dos mesmos na circulação do espaço físico para obtenção de informações, ou seja, reforçando as medidas de proteção em meio ao cenário pandêmico. No que se refere ao Serviço Social, com base no artigo 3º, inciso *d* do Código de Ética, é necessário “participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesas de seus interesses e necessidades” (CFESS, 2012).

Contudo, o cotidiano de trabalho do assistente social no SAF, atuando com equipe reduzida, é desafiador. Parte deste desafio advém dos atendimentos individualizados, em que cada família traz, verbalmente, um pouco da realidade vivenciada pelo núcleo. Nesse sentido, a entrevista é um instrumento de intervenção que permite conhecer a realidade social dos sujeitos. É, portanto, aplicada para a compreensão do universo, das representações dos valores, dos significados, da concepção de ser social e do mundo de cada indivíduo (SILVA, 2017, p. 77). Segundo Tavares (2020), a dimensão técnico-operativa perpassa pela análise da realidade, interpretando-a, a partir de aspectos políticos, sociais, éticos, econômicos e culturais.

As entrevistas são parte importante do processo de trabalho do assistente social no SUAS, uma vez que o Governo Federal prevê critérios de seletividade para acesso aos benefícios sociais. Trata-se de um processo dinâmico, no qual nunca se conhece o todo, mas parte do todo (SILVA, 2017, p. 77). Nesse sentido, as entrevistas foram o instrumento utilizado pelos técnicos do SAF para o atendimento das demandas sociais. Na intervenção, subsidiaram importantes diálogos com os cidadãos demandatários: tanto para apreensão da realidade social vivenciada pelo núcleo familiar quanto para informações sobre os serviços disponíveis no território, a relação de benefício x demanda, possibilidades de ação conjunta entre serviço e família e estratégias de superação das vulnerabilidades socioeconômicas. A comunicação foi fundamental para o fortalecimento do vínculo da família com o serviço, uma vez que a acolhida não significava apenas atendimentos pontuais ou de concessão de benefícios: em inúmeros momentos, a família acessava o serviço para ser ouvida. O espaço de escuta e acolhimento não se reduziu às informações e encaminhamentos à rede de serviços, mas muitas vezes deu voz aos cidadãos para falar sobre suas dores, perdas, fragilidades emocionais e dificuldades familiares. Muitos cidadãos, fragilizados pelo cenário de adoecimento e morte, não se sentiram confortáveis para comunicar suas questões no

grande grupo e preferiam a privacidade e o sigilo da entrevista individual para trazer à tona elementos importantes de suas histórias de vida.

O trabalho com grupos, por sua vez, é uma ação que proporciona aos usuários expor situações vivenciadas por eles, receber orientações sobre essas situações – tanto do assistente social quanto dos demais participantes – e desenvolver um olhar coletivo para essas questões. Compreender as dimensões sociais e enxergar-se como parte de um todo é um processo necessário, pois possibilita ao cidadão se entender como um ser social e parte de uma comunidade que vivencia processos em comum, de modo a romper – ou, ao menos, fragilizar – a concepção individualista que vem se fortalecendo na sociedade. O trabalho em grupo tem potencialidade de gerar um espaço de reconhecimento em si e no outro, além de uma rede de pertencimento (SILVA, 2017, p. 123).

Durante as intervenções coletivas, percebeu-se a fragilidade dos usuários em se perceberem enquanto sujeitos coletivos. Muitos participantes se mantiveram em silêncio durante esses momentos, o que gerava uma sensação de desconforto. Contudo, a importância de trabalhar os vínculos comunitários, sobretudo no contexto de pandemia, fez-se imprescindível para superar esses primeiros desconfortos. É importante sinalizar que, durante as intervenções, foram resguardadas todas as normativas sanitárias para evitar a propagação do Coronavírus: ambientes ventilados, número restrito de pessoas participantes e uso obrigatório de máscara de proteção. Com o passar do tempo, os cidadãos foram potencializando os vínculos enquanto demandatários do SUAS, possibilitando que suas vozes também passassem a ser ouvidas durante os momentos coletivos. Em alguns momentos, inclusive, os próprios cidadãos demandaram o retorno presencial dos grupos de convivência que eram mediados pelo SAF antes da pandemia, com o objetivo de resgatar as vivências coletivas.

O fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a efetivação dos direitos sociais é um processo que está em contínua transformação, passível de contradições, cujo desenvolvimento se dá na construção de estratégias metodológicas para a superação (parcial) da realidade. Ressalta-se que, por meio do respectivo projeto de intervenção, foi possível atender a um número de pessoas que se reconheceram detentoras de direitos, passaram a ser multiplicadoras dessas informações assertivas dentro de suas relações familiares e sociais. O impacto social teve abrangência no território à medida que as informações foram disseminadas na vizinhança e no entorno.

5 | CONSIDERAÇÕES

A acolhida no SUAS tem sido um dispositivo relevante para a melhoria da qualidade do atendimento na PSB. É notório que, durante a pandemia, cresceram as demandas e os desafios aos assistentes sociais. A acolhida coletiva se fez relevante, pois propôs a integração entre cidadãos e trabalhadores da política, com vistas à promoção do acesso

aos benefícios socioassistenciais. Além disso, também reforçou o compromisso do Serviço Social no atendimento às populações em situação de vulnerabilidade, criando estratégias de superação das limitações e atravessamentos vivenciados.

O presente estudo apresentou a necessidade de investimentos nos serviços e programas da Assistência Social, visando à ampliação da cobertura da Proteção Social no país, uma vez que a população vem empobrecendo e, portanto, demandando o atendimento do Estado no enfrentamento dessas questões.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, SP: Boitempo, 1999.

BRASIL. [Constituição 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social. Resolução no 33 de 12 de dezembro de 2012. **Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB SUAS**. Brasília, 2012.

_____. Resolução no 109, de 11 de novembro de 2009. **Aprova a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do/a Assistente Social**. 10 Ed. Rev. E atual. Brasília, CFESS, 2012.

FALEIROS, V. P. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e da assistência social**. São Paulo: Cortez, 1991.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempos de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, A. M. P. **Instrumentalidade e instrumentais técnicos do Serviço Social**. Curitiba: Intersaberes, 2017.

STRAPASSON, S. L. S. R. BENTO, S. R. MACHADO, T. S. **O que é a acolhida no CRAS?**. In EVINCI, Paraná, 2015.

TAVARES, R. A. **As dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política do Serviço Social no trabalho do assistente social**. Serviço Social em Perspectiva, v. 4, Ed. Especial, março de 2020.